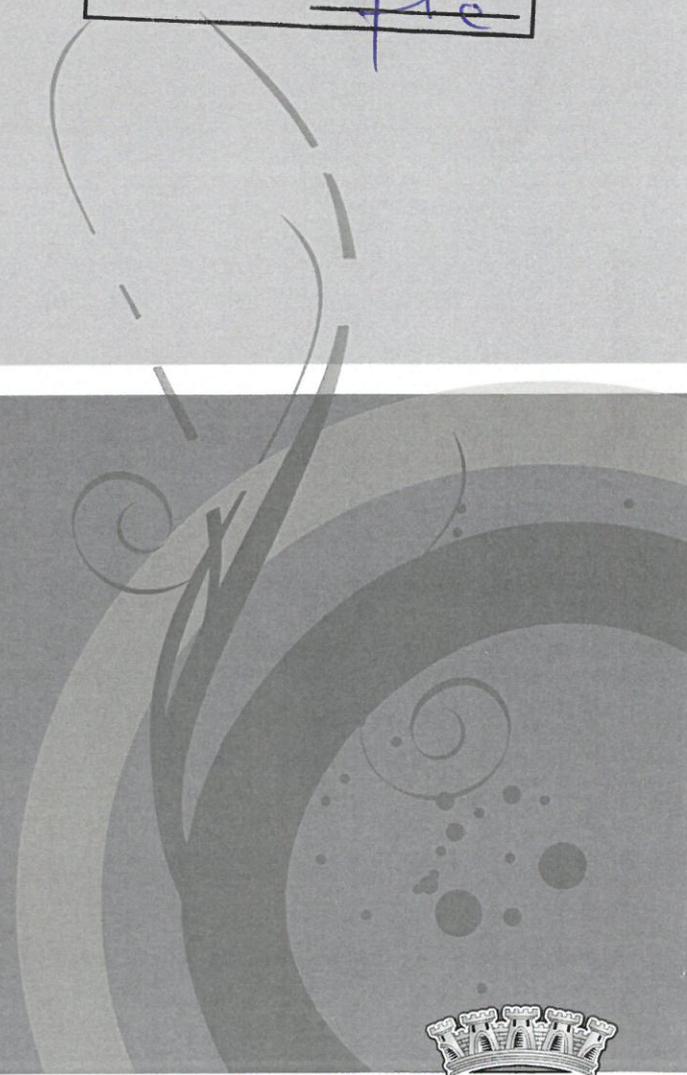


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[PRESTAÇÃO CONTAS 2014]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÊDA
Presente em Reunião de 24/04/2015
Deliberação: Aprovado por unanimidade com quatro votos contra e seis abstenções
[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MÊDA
Presente em Reunião de 17/04/2015
Deliberação: Aprovado por unanimidade com duas abstenções
[Signature]



MUNICÍPIO DE MÊDA



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[RELATÓRIO DE GESTÃO 2014]



MUNICÍPIO DE MÊDA



Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	7
3.1 ANÁLISE GLOBAL	8
3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL.....	8
3.2 ORÇAMENTO	11
3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA	11
3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA	11
3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES	12
3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL.....	13
3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA	14
3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA	14
3.2.2.2 DESPESA CORRENTE	15
3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL.....	16
3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO	17
4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE	19
4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	21
4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	21
4.1.1.1 BALANÇO	21
4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	22
4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS.....	23
4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS	23
4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.....	23
4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24
4.1.1.3 ENDIVIDAMENTO	24
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	25
6. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	26

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea i), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano económico de 2014, tendo em vista a votação e respetiva aprovação por parte da Assembleia Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea l), do número 2, do artigo 25.º, da citada Lei e posteriormente submetido ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Pública Central.

Por outro lado, tendo em conta o preceito legal estabelecido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e no n.º 2, do ponto 2, das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente *Relatório de Gestão e Contas* relativo ao ano económico de 2014.

Os principais objetivos deste Relatório são então:

- Aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos aos objetivos realizados;
- Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- Analisar a situação financeira da Autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço final e a Demonstração de Resultados de 2014.

De acordo com o princípio orçamental de anualidade, os montantes previstos no Orçamento Municipal são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil. Com o fim do ano surge a necessidade de se proceder ao encerramento das contas, não só para apurar o valor global das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, mas também para poder comparar e avaliar a justeza das previsões efetuadas e os níveis de execução orçamental.

O atual sistema contabilístico das autarquias locais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), determina que um dos documentos de prestação de contas é o relatório de gestão, pelo que o presente documento, constitui o Relatório de Gestão referente ao ano de 2014.

Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples dar as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro. Trata-se de um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

Os Documentos Previsionais de 2014 foram elaborados de acordo com os termos constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovados pela Assembleia Municipal de acordo com o definido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como no cumprimento das regras orçamentais e contabilísticas definidas no POCAL traduzidas em regras previsionais e princípios orçamentais.

3

A execução dos Documentos Previsionais, da competência da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara, com superintendência na execução das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal, consubstanciou-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização das despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano, sempre no cumprimento dos princípios a considerar na execução orçamental.

Assim e nos termos do artigo 6.º, do POCAL, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos
- d) Mapa de Fluxos de Caixa
- e) Mapa de Operações de Tesouraria
- f) Balanço

-
- g) Demonstração de Resultados
 - h) Anexos às Demonstrações Financeiras
 - i) Relatório de Gestão.

Na execução do Orçamento de 2014 não foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental reportado à conta que agora se apresenta, embora se executaram todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais exigidos, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos legais.

Saliente-se que a percentagem de execução orçamental da receita rondou os 93,41% e da despesa rondou os 86,04%, valor totalmente aceitável e que representa um estímulo ao Executivo para continuar a elaborar documentos previsionais rigorosos e os mais realistas possível.

Acresce ainda referir que os mapas e quadros a seguir apresentados enriquecem uma análise financeira e patrimonial embora eminentemente técnica de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

Por outro lado e embora a contabilidade de custos seja obrigatória (Ponto 2.8.3.1 do POCAL) para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços dos bens e serviços, aquela não foi ainda implementada com o rigor que lhe está subjacente, em virtude da complexidade que tal envolve.

4

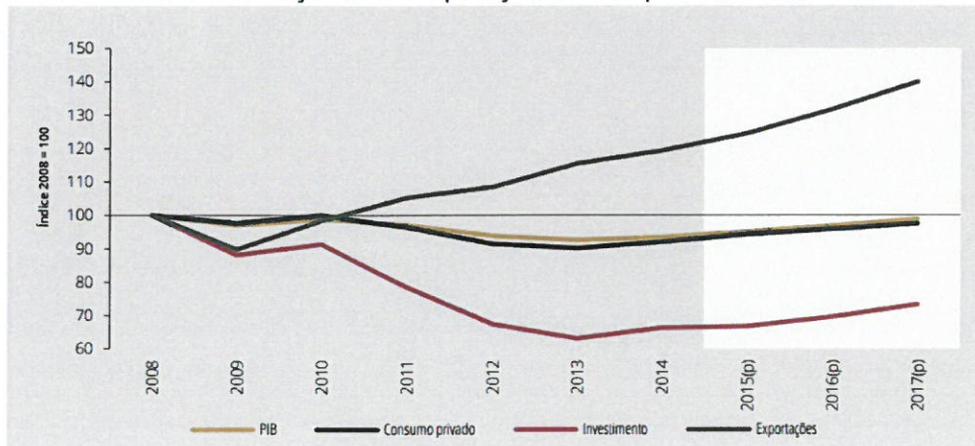
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2014 ficou marcado, à escala global, por um ambiente económico “incerto”, em que a recuperação económica foi “frágil”, segundo palavras do Banco Mundial no seu ‘Global Economic Prospects’, tendo a pauta do crescimento mundial continuou a estar diretamente relacionada com a pujança económica que revelam os países em desenvolvimento que, em 2014, cresceram cerca de 4%, bem acima dos 2,6% que terá registado a economia mundial.

Após três anos de quedas consecutivas, registou-se um aumento de 0,9 por cento do nível de atividade económica nacional em 2014, dando continuidade à trajetória de recuperação gradual iniciada em 2013. A atividade económica em 2014 foi caracterizada por uma recuperação da procura interna, após quedas consecutivas desde 2011. Esta recuperação refletiu o aumento do consumo privado, em linha com o rendimento disponível real, e da formação bruta de capital fixo, nomeadamente da componente empresarial. Esta trajetória de recuperação manteve-se, de acordo com a informação mais recente de conjuntura, no início de 2015.

O consumo público, por seu lado, voltou a diminuir em 2014, no quadro da continuação do processo de consolidação orçamental. Em 2014, as exportações registaram um crescimento inferior ao de 2013, abaixo do crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa. O crescimento das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, contribuiu para a manutenção de excedentes no saldo da balança corrente e de capital e da balança de bens e serviços (2,1 e 1,1 por cento do PIB, respetivamente).

Gráfico - Evolução da composição do PIB | Índice 2008 = 100



Fontes: INE e Banco de Portugal. Nota: (p) – projetado.

Em 2014, o crescimento da atividade económica foi acompanhado por um aumento do emprego, que inverteu uma tendência de queda registada desde 2009. Esta evolução refletiu o aumento do emprego no setor privado, tendo o emprego no setor público continuado a diminuir. No mesmo período, a taxa de desemprego diminuiu de uma forma marcada (-2,3 pontos percentuais (p.p.)), mantendo-se contudo em níveis elevados (13,9 por cento). Num quadro de moderação salarial e de pressões externas

descendentes sobre os preços, o índice harmonizado de preços no consumidor diminuiu 0,2 por cento em 2014, após um aumento de 0,4 por cento em 2013, refletindo uma queda mais acentuada dos preços dos bens energéticos a par de uma desaceleração dos preços dos bens não energéticos e dos serviços.

As projeções para a economia portuguesa do Banco de Portugal apontam para uma recuperação gradual da atividade ao longo do horizonte de projeção. Após um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014, projeta-se um crescimento de 1,7 por cento para 2015, seguido de uma aceleração para 1,9 por cento em 2016 e 2,0 por cento em 2017. Neste horizonte, a economia portuguesa apresenta um ritmo de crescimento próximo do projetado para a área do euro pelo Banco Central Europeu.

A procura interna apresenta um crescimento moderado, que se mantém condicionado pela necessidade de continuação do processo de consolidação orçamental e pelos elevados níveis de endividamento do setor privado. Adicionalmente, projeta-se ao longo do período 2015-2017 uma aceleração moderada do emprego e uma diminuição progressiva da taxa de desemprego. Num quadro de reduzidas pressões inflacionistas, a inflação deverá permanecer em níveis baixos, aumentando ao longo do horizonte de projeção.

A projeção para o período 2015-2017 aponta para uma recuperação gradual da economia portuguesa, antecipando-se um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área do euro. O crescimento da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurado pela evolução das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, num quadro de manutenção de uma significativa capacidade líquida de financiamento externo. O maior crescimento nominal do PIB e a redução da taxa de juro implícita da dívida, em conjugação com o excedente primário que se verifica desde 2013, contribuirão para uma redução da dívida pública a partir de 2015.

O potencial de crescimento da economia portuguesa está, no entanto, condicionado pela evolução da conjuntura internacional, pelo elevado nível de endividamento dos setores público e privado, bem como pela expectável evolução adversa em termos demográficos. Por seu turno, o processo de reestruturação produtiva observada ao longo dos últimos anos, a gradual reorientação dos recursos para os setores mais

produtivos e mais expostos ao exterior, bem como a contínua melhoria do capital humano incorporado no processo produtivo constituem dinâmicas que tenderão a favorecer um crescimento estrutural da produtividade total dos fatores no futuro. Neste quadro, a continuação do processo de reformas estruturais é indispensável para promover uma melhor afetação de recursos e os consequentes ganhos de produtividade, contribuindo sustentadamente para níveis mais elevados de crescimento económico em Portugal.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental procura dar conta da execução das receitas e das despesas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. Os valores respeitantes à execução orçamental do exercício económico de 2014 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a €7.896.169,87, dos quais €7.330.671,41 provêm de receitas orçamentais e €565.498,46 correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria.

Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a €8.362.339,96, existindo um saldo inicial de €1.465.069,59, transitando para a gerência seguinte o montante de €998.899,50.

Composição	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
	em euros	em euros	em euros
Saldo da gerência anterior	1 143 984,10	321 085,49	1 465 069,59
Receitas	7 330 671,41	565 498,46	7 896 169,87
Despesas	7 802 518,50	559 821,46	8 362 339,96
Saldo para a gerência seguinte	672 137,01	326 762,49	998 899,50

O índice de realização da receita, referente ao ano de 2014, foi de 93,41% e o da despesa de 86,04%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização de 69,70% o que correspondeu a um

montante de €11.240.948,79.

No que concerne às Contas de Ordem em 2014, regista-se um montante de entradas correspondente a €225.791,22 e um montante de saídas de €491.499,16. O saldo inicial totalizou um valor de €1.411.301,03 e o saldo final apresentado é de €1.145.593,09.

O Balanço, à data de 31 de Dezembro, indicou o seguinte:

Composição	Valor
em euros	
Ativo	44 677 951,26
Fundos Próprios	21 451 365,38
Passivo	23 637 595,81
Resultado Líquido do Exercício	-411 009,93

3.1 ANÁLISE GLOBAL

3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL

A comparação entre o Orçamento Final e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento Inicial com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da Receita e da Despesa de 93,41% e 86,04% respetivamente.

Estes rácios traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e a da receita a efetivamente cobrada.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
Receitas correntes	7 020 696,00	88,60%	6 669 552,56	91,03%	-351 143,44	95,00%
Receitas de capital	903 321,00	11,40%	632 590,37	8,63%	-270 730,63	70,03%
Outras receitas	50,00	0,00%	24 369,48	0,33%	24 319,48	48738,96%
Total da Receita	7 924 067,00	100	7 326 512,41	100	-597 554,59	92,46%
Despesas correntes	6 791 124,20	74,89%	6 487 092,04	83,14%	-304 032,16	95,52%
Despesas de capital	2 276 926,90	25,11%	1 315 426,46	16,86%	-961 500,44	57,77%
Total da Despesa	9 068 051,10	100	7 802 518,50	100	-1 265 532,60	86,04%

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho considerável, nomeadamente ao nível das Receitas Correntes que atingiram €6.669.552,56, correspondendo uma taxa de execução de 95%. As Receitas de Capital registaram um desempenho menos eficaz, atingindo uma taxa de execução de 70,03%. Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as Despesas Correntes tiveram um nível de execução de 95,52%, enquanto as Despesas de Capital apresentaram uma taxa de realização inferior de 57,77%.

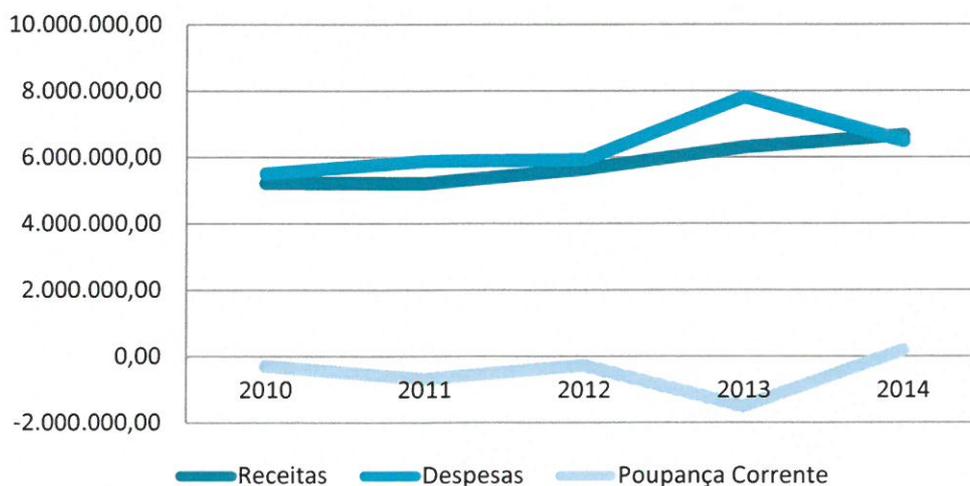
O quadro que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e evolução da Receita e Despesa no período entre 2010 e 2014, bem como a evolução da respetiva poupança corrente.

Anos	Receitas			Despesas			Poupança Corrente
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	
2010	5 218 281,16	3 390 575,87	8 608 857,03	5 509 584,45	3 087 501,88	8 597 086,33	-291 303,29
2011	5 200 107,61	5 153 627,08	10 353 734,69	5 885 755,43	4 038 215,32	9 923 970,75	-685 647,82
2012	5 644 938,56	4 279 503,46	9 924 442,02	5 916 313,90	3 833 218,13	9 749 532,03	-271 375,34
2013	6 306 434,74	5 081 103,62	11 387 538,36	7 815 220,13	3 076 750,87	10 891 971,00	-1 508 785,39
2014	6 669 552,56	632 590,37	7 302 142,93	6 487 092,04	1 315 426,46	7 802 518,50	182 460,52

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes".

Conforme se demonstra no mapa anterior, o Município da Mêda, tem vindo a registar receitas correntes insuficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo. Os esforços do atual executivo, em reduzir os custos associados à estrutura da Câmara Municipal em 2014, foi possível corrigirem o desequilíbrio dos últimos anos.

EVOLUÇÃO DO SALDO DA POUPANÇA CORRENTE



3.2 ORÇAMENTO

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução.

Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentam-se no capítulo CONTAS, anexo a este relatório, os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

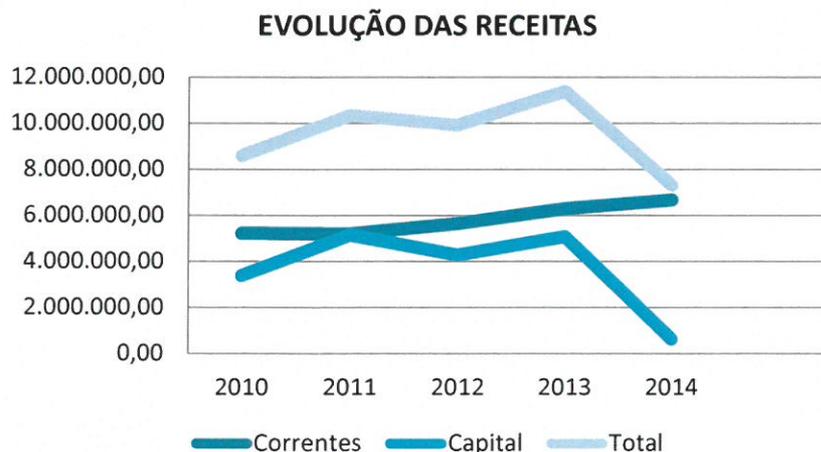
Tendo presente que as fontes de financiamento próprias da Autarquia são manifestamente insuficientes para custear toda a atividade desenvolvida e por outro lado o fato de estar fortemente dependente, quer dos fundos provenientes da Administração Central quer comunitários, é importante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fontes de financiamento externo (estatais e comunitárias).

3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA

11

O gráfico que a seguir se apresenta permite visualizar a evolução global do agregado das receitas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



O gráfico mostra que as Receitas Totais tiveram uma diminuição, em 2014, para €7.302.142,93. A arrecadação das Receitas Correntes aumentou relativamente ao ano de 2013, reforçando o peso em relação à Receita Total.

3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

As receitas correntes atingiram uma execução de 95%, proporcionando uma base de consistência para o funcionamento de um conjunto de despesas obrigatórias e fundamentais para o regular funcionamento dos serviços e da atividade da Autarquia.

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se apresentada no quadro seguinte, destacam-se os impostos diretos (IMI, IMV e IMT), as transferências correntes (FEF, FSM, participação fixa do IRS) e as vendas de bens e serviços correntes, que permitiram alcançar uma **execução de 95,87% das receitas correntes**.

12

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
01. Impostos diretos	838 860,00	11,95%	716 039,93	10,74%	-122 820,07	85,36%
02. Impostos indiretos	9 159,00	0,13%	16 730,79	0,25%	7 571,79	182,67%
04. Taxas, multas e outras penalidades	199 430,00	2,84%	156 461,97	2,35%	-42 968,03	78,45%
05. Transferências de propriedade	3 650,00	0,05%	24 532,84	0,37%	20 882,84	672,13%
06. Transferências correntes	5 173 150,00	73,68%	5 023 000,38	75,31%	-150 149,62	97,10%
07. Vendas de bens e serviços correntes	774 933,00	11,04%	655 116,56	9,82%	-119 816,44	84,54%
08. Outras receitas correntes	21 514,00	0,31%	77 670,09	1,16%	56 156,09	361,02%
Total das Receitas correntes	7 020 696,00	100%	6 669 552,56	100%	-351 143,44	95,00%

Também se pode verificar índices de realização aproximados e superiores a 100% em Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades e Outras Receitas Correntes. O

valor do índice de execução, bastante satisfatório relativamente às expectativas traçadas aquando da elaboração do Orçamento para o exercício de 2014, revela uma rigorosa previsão das receitas correntes e também é um reflexo do estrito cumprimento das regras previsionais previstas no POCAL.

O quadro seguinte, permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes no período considerado.

	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Prevista	7 194 913,00	6 903 943,00	7 185 833,00	6 318 932,00	7 020 696,00
Receita Executada	5 218 281,16	5 200 107,61	5 644 938,56	6 306 434,74	6 669 552,56
% Execução	72,53%	75,32%	78,56%	99,80%	95,00%

3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL

O núcleo das Receitas de Capital é constituído essencialmente por Transferências de Capital e Passivos Financeiros, representando na sua globalidade 100%.

13

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
09. Venda de bens de investimento	2 254,00	0,25%	51,00	0,01%	-2 203,00	2,26%
10. Transferências de capital	891 498,00	98,69%	632 539,37	99,99%	-258 958,63	70,95%
13. Outras receitas de capital	9 569,00	1,06%	0,00	0,00%	-9 569,00	0,00%
Total das Receitas de capital	903 321,00	100%	632 590,37	100%	-270 730,63	70,03%

O quadro evidencia de uma forma clara que as Transferências de Capital representam a principal origem de financiamento, sendo 70,95% das Receitas Totais da autarquia. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), bem como dos financiamentos do exterior, que vieram possibilitar o financiamento de investimentos.

No entanto, a receita de capital apresentou um grau de execução de 70,03%, à inicialmente prevista.

Os quadros e gráficos que a seguir se apresentam mostram a evolução e capacidade de execução das receitas de capital desde 2010.

	2010	2011	2012	2013	2014
09. Venda de bens de investimento	0,00	5 424,23	3 750,00	13 502,00	51,00
10. Transferências de capital	3 390 575,87	5 131 027,01	4 269 032,79	1 067 601,62	632 539,37
12. Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	4 000 000,00	0,00
13. Outras receitas de capital	0,00	17 175,84	6 720,67	0,00	0,00
Total das Receitas de capital	3 390 575,87	5 153 627,08	4 279 503,46	5 081 103,62	632 590,37

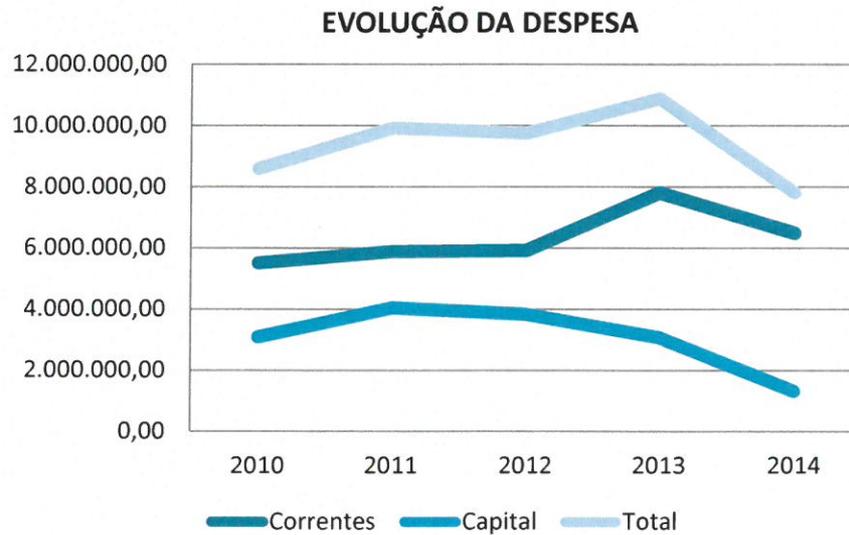
	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Prevista	8 434 529,00	8 938 500,00	7 029 451,00	8 938 500,00	903 321,00
Receita Executada	3 390 575,87	5 153 627,08	4 279 503,46	5 153 627,08	632 590,37
% Execução	40,20%	57,66%	60,88%	57,66%	70,03%

3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA

3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA

A despesa global realizada foi de €7802.518,50, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 86,04%, inferior ao registado no ano de 2013 (89,54%).

O gráfico que se segue mostra a evolução da Despesa Corrente e de Capital, verificando-se que a Despesa Corrente paga é o agregado que detém o maior peso na estrutura da despesa municipal.



3.2.2.2 DESPESA CORRENTE

A estrutura e a execução da Despesa Corrente encontram-se apresentadas no quadro seguinte, onde se pode analisar o peso das suas componentes, bem como a respetiva execução. Comparando a estrutura do Orçamento Final com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um índice de execução de 95,52%.

15

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
01. Despesas com o pessoal	3 086 472,00	45,45%	3 044 396,53	46,93%	-42 075,47	98,64%
02. Aquisição de bens e serviços	3 070 823,70	45,22%	2 835 532,88	43,71%	-235 290,82	92,34%
03. Juros e outros encargos	277 688,00	4,09%	275 757,73	4,25%	-1 930,27	99,30%
04. Transferências correntes	285 663,50	4,21%	267 276,22	4,12%	-18 387,28	93,56%
05. Subsídios	27 374,00	0,40%	27 373,79	0,42%	-0,21	100,00%
06. Outras despesas correntes	43 103,00	0,63%	36 754,89	0,57%	-6 348,11	85,27%
Total da Despesa corrente	6 791 124,20	100%	6 487 092,04	100%	-304 032,16	95,52%

O quadro evidencia a importância das Despesas com Pessoal, as quais representam

46,93% do total das Despesas Correntes, que em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços realizaram uma despesa no montante de €5.879.929,21 representando 90,64% da Despesa Corrente Total.

Quanto às restantes rubricas, os Juros e outros encargos corresponderam a 4,25% das Despesas Correntes e 3,53% da Despesa total, parcela ainda significativa, pois ascendeu a €275.757,73. A evolução e capacidade de execução das Despesas Correntes estão patenteadas nos quadros que a seguir se apresentam.

	2010	2011	2012	2013	2014
01. Despesas com o pessoal	3 091 004,49	2 860 696,80	2 383 417,63	3 010 817,03	3 044 396,53
02. Aquisição de bens e serviços	1 629 847,53	2 095 124,54	2 524 134,67	3 923 435,01	2 835 532,88
03. Juros e outros encargos	56 534,74	91 011,46	244 991,62	429 408,00	275 757,73
04. Transferências correntes	241 656,83	214 882,19	219 488,57	354 591,89	267 276,22
05. Subsídios	461 235,41	578 304,92	472 522,13	56 924,00	27 373,79
06. Outras despesas correntes	29 305,45	45 735,52	71 759,28	40 044,20	36 754,89
Total da Despesa Corrente	5 509 584,45	5 885 755,43	5 916 313,90	7 815 220,13	6 487 092,04

	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa Prevista	7 194 713,00	6 924 021,18	7 452 170,00	8 550 521,00	6 791 124,20
Despesa Executada	5 509 584,45	5 885 755,43	5 916 313,90	7 815 220,13	6 487 092,04
% Execução	76,58%	85,00%	79,39%	91,40%	95,52%

3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução do ano económico transato.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
07. Aquisição de bens de capital	1 903 434,90	83,60%	961 940,78	73,13%	-941 494,12	50,54%
08. Transferências de capital	243 487,00	10,69%	224 999,98	17,10%	-18 487,02	92,41%
10. Passivos financeiros	130 000,00	5,71%	128 485,70	9,77%	-1 514,30	98,84%
11. Outras despesas de capital	5,00	0,00%	0,00	0,00%	-5,00	0,00%
Total da Despesa de Capital	2 276 926,90	100%	1 315 426,46	100%	-961 500,44	57,77%

A totalidade das Despesas de Capital realizadas ascendeu a €1.315.426,46, refletindo uma taxa de execução de 57,77%. A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídas as obras públicas, representa 73,132% do total das Despesas de Capital, registrando uma taxa de execução de 50,54%, o que significa que foi a componente que maior dotação de recursos absorveu.

Os quadros seguintes permitem visualizar a evolução das Despesas de Capital, bem como a sua capacidade de execução no período considerado.

17

	2010	2011	2012	2013	2014
07. Aquisição de bens de capital	2 585 074,88	3 537 170,29	3 380 479,23	1 769 672,50	961 940,78
08. Transferências de capital	258 027,00	256 625,00	227 190,00	142 000,00	224 999,98
10. Passivos financeiros	194 400,00	194 400,00	225 548,90	1 165 078,37	0,00
11. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa de Capital	3 037 501,88	3 988 195,29	3 833 218,13	3 076 750,87	1 186 940,76

	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa Prevista	8 436 229,00	8 939 000,00	7 220 451,00	3 610 583,00	2 276 926,90
Despesa Executada	3 087 501,88	4 038 215,32	3 833 218,13	3 076 750,87	1 315 426,46
% Execução	36,60%	45,18%	53,09%	85,21%	57,77%

3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A execução das Grandes Opções da Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes.

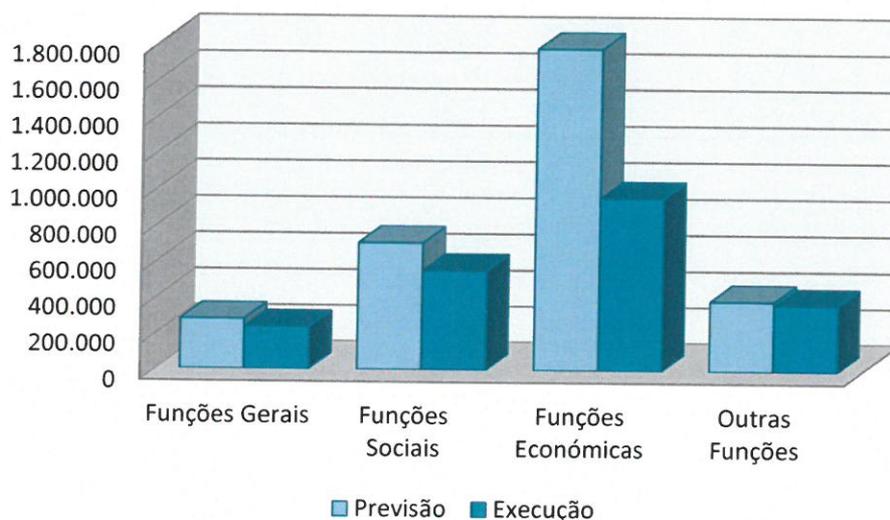
Assim, no mapa que a seguir se apresenta, evidencia-se a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, por classificação funcional, comparando-se o valor realizado com o valor orçamentado.

Código	Classificação Funcional	Orçamento Final		Execução		Grau de Execução
		€	%	€	%	%
1.	Funções Gerais	280 898	8,89%	238 183	11,21%	84,79%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	254 396	8,05%	211 703	9,96%	83,22%
1.1.1	Administração geral	254 396	8,05%	211 703	9,96%	83,22%
1.2.	Segurança e ordem públicas	26 502	0,84%	26 480	1,25%	99,92%
1.2.0	Segurança e ordem pública	1 501	0,05%	1 480	0,07%	98,60%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	25 001	0,79%	25 000	1,18%	100,00%
2.	Funções Sociais	706 923	22,37%	555 547	26,14%	78,59%
2.1.	Educação	243 503	7,70%	199 502	9,39%	81,93%
2.1.1	Ensino não superior	1	0,00%	0	0,00%	0,00%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	243 502	7,70%	199 502	9,39%	81,93%
2.3.	Segurança e Ação Sociais	15 500	0,49%	0	0,00%	0,00%
2.3.2	Ação social	15 500	0,49%	0	0,00%	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	110 665	3,50%	65 087	3,06%	58,81%
2.4.1	Habituação	1 000	0,03%	179	0,01%	0,00%
2.4.2	Ordenamento do território	30 000	0,95%	0	0,00%	0,00%
2.4.3	Saneamento	10 975	0,35%	0	0,00%	0,00%
2.4.4	Abastecimento de água	1 500	0,05%	0	0,00%	0,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	3 690	0,12%	3 690	0,17%	100,00%
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	63 500	2,01%	61 218	2,88%	96,41%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	337 255	10,67%	290 958	13,69%	86,27%
2.5.1	Cultura	47 372	1,50%	25 912	1,22%	54,70%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	289 883	9,17%	265 046	12,47%	91,43%
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	0	0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
3.	Funções Económicas	1 780 799	56,34%	959 410	45,13%	53,88%
3.2.0	Indústria e energia	271 605	8,59%	0	0,00%	0,00%
3.2.2	Iluminação pública	465 725	14,73%	444 764	20,92%	95,50%
3.3.	Transportes e Comunicações	942 252	29,81%	423 133	19,91%	44,91%
3.3.1	Transportes rodoviários	942 252	29,81%	423 133	19,91%	44,91%
3.4.	Comércio e Turismo	101 217	3,20%	91 513	4,31%	90,41%
3.4.1	Mercados e feiras	500	0,02%	0	0,00%	0,00%
3.4.2	Turismo	100 717	3,19%	91 513	4,31%	90,86%
4.	Outras Funções	392 075	12,40%	372 536	17,53%	95,02%

4.2.0	Transferências entre administrações	392 075	12,40%	372 536	17,53%	95,02%
	TOTAL	3 160 695	100,00%	2 125 677	100,00%	67,25%

Na execução anual das grandes opções do plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de Dezembro de 2014, analisando-se apenas os valores referentes aos investimentos programados e executados. Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos oscilou entre os 53,88% e 95,02%, registando-se uma execução global anual de 67,25%.

EXECUÇÃO ANUAL DAS GOP'S



4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE

A elaboração dos indicadores/rácios de gestão e de atividade exige uma utilização bastante cuidadosa, uma vez que não existem definições normalizadas e uniformizadas e, por outro lado, traduzem apenas dados quantitativos e não qualitativos.

A interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades do Município, também a rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que os Municípios visão prosseguir os interesses próprios das populações respetivas (Constituição República Portuguesa).

Apresenta-se a evolução do Município de Mêda, nos últimos anos através da análise de alguns rácios.

Rácios de estrutura - permitem evidenciar o peso de certos elementos da receita ou da despesa no total das receitas ou das despesas, convém refletir o peso das receitas relativas aos impostos diretos, aos fundos municipais correntes e de capital, aos fundos comunitários, à venda de bens e serviços, aos passivos financeiros, entre outros;

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)		2010	2011	2012	2013	2014
1	Impostos diretos / Receitas correntes	8,05%	8,69%	8,62%	10,26%	10,74%
2	Transferências correntes / Receitas correntes	80,33%	76,25%	66,71%	75,90%	75,31%
3	Transferências capital / Receitas de capital	100,00%	99,56%	99,76%	21,01%	99,99%
4	Passivos financeiros / Receitas de capital	109,44%	68,23%	76,89%	22,93%	20,31%
5	Receitas correntes / Receitas totais	60,61%	50,13%	54,38%	52,45%	78,74%

Rácios de gestão – permitem evidenciar a relação entre receitas e despesas correntes e de capital, analisamos também o peso das despesas de pessoal relacionadas com o total das receitas e despesas correntes.

20

RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2010	2011	2012	2013	2014
6	Despesas correntes / Receitas correntes	105,58%	113,19%	104,81%	123,92%	97,26%
7	Despesas capital / Receitas de capital	91,06%	78,36%	89,57%	60,55%	207,94%
8	Pessoal / Receitas correntes	59,23%	55,01%	42,22%	47,74%	45,60%
9	Pessoal / Despesas correntes	56,10%	48,60%	40,29%	38,53%	46,89%

Rácios de investimento e produtividade - traduzem o desenvolvimento das competências e atividades municipais, na prossecução do interesse público, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)		2010	2011	2012	2013	2014
10	Investimento / Despesa capital	83,73%	87,59%	88,19%	57,52%	73,13%
11	Investimento / Despesa total	30,07%	35,64%	34,67%	16,25%	12,33%
RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2010	2011	2012	2013	2014
12	Investimentos / Total funcionários	15 029,51	21 970,00	22 387,28	10 348,96	5 691,96
13	Receita total / Total funcionários	49 983,06	61 639,57	64 566,44	63 695,74	46 168,75
14	Despesas funcionamento / Total funcionários	27 446,81	30 781,50	32 500,35	40 551,18	34 792,48

4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Limitações

Dado que o Município no decorrer do ano 2014 ainda não adotou a contabilidade de custos, não se poderá abordar de forma apropriada, a nível da gestão, a evolução dos custos, quer ao nível das funções, atividades, quer dos bens e serviços. Por esse motivo muitos dos rácios que poderiam ser calculados e relacionados com a economia, a eficiência e eficácia, só poderão ser realizados a partir dos mapas de resultados obtidos na contabilidade de custos, desde que esta esteja devidamente implementada e a funcionar de forma organizada e consistente.

Assim a presente análise terá em conta exclusivamente o Balanço e Demonstração de Resultados.

21

4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA

Rácios Económico – Financeiros

Têm por referência a estrutura dos elementos do ativo, dos fundos patrimoniais e do passivo.

4.1.1.1 BALANÇO

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância, no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.

Da análise do balanço, facilmente se verifica a situação financeira do Município, aliás como se demonstrou na análise orçamental anteriormente feita.

Para melhor analisar a situação económica - financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, de forma a visualizar a situação em que se encontra o Município de Mêda, comparando esses rácios com os anos 2010, 2011, 2012 e 2013.

RÁCIOS		2010	2011	2012	2013	2014
Liquidez Geral	Ativo circulante / Exigível a curto prazo	10,68%	13,57%	20,77%	21,80%	15,03%
Solvabilidade	Recursos próprios / Recursos alheios	94,21%	87,29%	82,27%	88,13%	89,01%
Endividamento	Passivo / Ativo líquido * 100	0,52%	0,53%	0,55%	0,53%	0,53%

Liquidez Geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo, quanto mais equilibrado estiver este rácio maior será a capacidade da autarquia para pagar as dívidas a terceiros de curto prazo.

22

Solvabilidade traduz a posição de independência do Município face aos credores, quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

Endividamento mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que quando este valor é superior a 100 as entidades se encontram em situação de falência técnica, podemos dizer que o estamos muito aquém desta situação.

4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município encerrou o exercício de 2014, com um Resultados Líquido de Exercício negativo de €411.009,93.

No quadro seguinte sintetiza-se a Demonstração de Resultados espelhando os respetivos resultados.

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	2011	2012	2013	2014
Resultados operacionais	-720 387,39	-688 131,03	132 327,52	-419 976,84
Resultados financeiros	-98 769,13	-262 464,88	-246 457,63	-238 257,41
Resultados correntes	-819 156,52	-950 595,91	-114 130,11	-658 234,25
Resultado líquido do exercício	-52 009,49	-698 057,38	294 972,73	-411 009,93

4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Proveitos operacionais estão condicionados essencialmente às vendas e prestações de serviços, impostos e taxas e sobretudo às transferências e subsídios obtidos, por outro lado verificamos que os fornecimentos e serviços externos, remunerações e amortizações do exercício também detêm um peso decisivo na estrutura dos custos operacionais, obtendo-se um valor negativo de €419.976,84.

23

4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2014, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de €238.257,41. Quanto aos Proveitos financeiros, são provenientes de Rendimentos em Imóveis (Rendas Concessão EDP), juros obtidos de depósitos á ordem e os resultados líquidos das empresas municipais, não sendo suficientes para cobrirem os custos financeiros.

Custos Financeiros	Valor	Proveitos Financeiros	Valor
Custos e Perdas Financeiros	259 971,99	Proveitos e Ganhos Financeiros	21 714,58
Total	259 971,99	Total	21 714,58

4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram foram as Transferências de Capital.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se as Coimas e Penalidades por Contraordenação, Juros de Mora, Reembolsos de anos anteriores e Transferências de Capital.

Custos Extraordinários	Valor	Proveitos Extraordinários	Valor
Custos e Perdas Extraordinários	485 619,18	Proveitos e Ganhos Extraordinários	732 843,50
Total	485 619,18	Total	732 843,50

4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Considerando os custos e proveitos totais, obtém-se um resultado negativo de €411.009,93.

4.1.1.3 ENDIVIDAMENTO

Na análise do Endividamento do Município de Mêda referente a 2014, considerou-se o disposto nos artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o artigo 97º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

24

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

ENTIDADE	VALOR DA DÍVIDA		VARIAÇÃO
	31-12-2013	31-12-2014	14/13
Dívida a Terceiros a Curto Prazo	606.526,41	244.435,36	-59,70%
Fornecedores, c/c	207.991,30	60.020,01	-71,14%
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	12.421,30		-100,00%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	177.802,85	125.431,95	-29,45%
Estado e Outros entes Públicos (sem operações de tesouraria)	74,69	0,00	-100,00%
Outros Credores (sem operações tesouraria)	0,00	58.983,40	
Fornecedores - Acordos de Factoring	208.236,27	0,00	-100,00%
Bancos / Instituições de Crédito / Empréstimo Curto Prazo	0,00	0,00	
Bancos / Instituições de Crédito / Empréstimos Médio Longo Prazo	6.125.572,73	5.997.156,16	-2,10%
TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS	6.732.099,14	6.241.591,52	-7,29%

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

DESIGNAÇÃO	COBRANÇA 2011	COBRANÇA 2012	COBRANÇA 2013	MÉDIA DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	5.200.108	5.644.939	6.306.435	5.717.160,67
(1) LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (15 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				8.575.740,00
(2) DÍVIDA TOTAL 01-01-2014 (incluindo Entidades para efeitos de limite da dívida)				6.732.099,14
Margem Absoluta				1.843.640,86
(3) MARGEM UTILIZÁVEL 01-01-2014 (margem absoluta*20%)				368.728,17
Município				
DÍVIDA A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO				5.997.156,16
DÍVIDA A TERCEIROS - CURTO PRAZO *				244.435,36
SUBTOTAL				6.241.591,52
ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITOS DE LIMITES DA DÍVIDA TOTAL				
DÍVIDA EMPRESAS LOCAIS E OUTRAS **				
(4) DÍVIDA TOTAL 31-12-2014				6.241.591,52
(5) MONTANTE EM EXCESSO				0,00
(6) = (1) - (4) MARGEM				2.334.148,48
(7) = (3) - ((4) - (2)) MARGEM DISPONÍVEL POR UTILIZAR				859.235,79
Nota: * sem operações de tesouraria, provisões, acréscimos e diferimentos				
** Não dispomos de elementos				

O Município de Mêda apresenta, em 31 de dezembro, um montante de capital em dívida de €5.997156,16 referente a empréstimos a médio e longo prazo. O montante da dívida total do Município no final de dezembro, não excede o limite de endividamento de 2014.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com a demonstração financeira do ano 2014, o resultado líquido do exercício foi de €411.009,93 negativo, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.3) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de Fevereiro, nada define para um resultado líquido do exercício positivo assim e porque a conta de

59 – Resultados transitados acolhe os resultados líquidos (positivos ou negativos) do exercício anterior, propõe-se a aplicação de resultados seguinte:

Que o resultado líquido do exercício, negativo no valor de €411.009,93, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”, e que ai se mantenha na expectativa de obter um resultado líquido positivo, que compense o prejuízo verificado no ano.

6. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício que possam ter afetado as atividades do Município, tendo em conta a atividade desenvolvida no ano 2014.